

## **Espetacularização da morte: percepções sobre atos transfóbicos em narrativas jornalísticas<sup>1</sup>**

Vinícius de Paiva COSTA<sup>2</sup>  
Luciene de Oliveira DIAS<sup>3</sup>  
Universidade Federal de Goiás, Goiânia, GO

### **RESUMO**

Este estudo busca analisar a construção narrativa da morte de travestis e mulheres trans assassinadas em Goiás no ano de 2018. Para isso, apresenta-se o mapa da violência transfóbica, com análise de dados que revelam o perfil social das vítimas e as características de cada assassinato. A partir dos fatos, foram analisadas 16 reportagens sobre o tratamento dado para cada vítima, a partir de elementos de análise discursiva, o que evidenciou violência transfóbica nas reportagens. Fica evidente um ciclo vicioso de violência, no qual as pessoas trans são assassinadas e mais uma vez violentadas pelos jornais que entregam à população narrativas transfóbicas fortalecedoras de estereótipos sobre os corpos trans. Este artigo é parte do Trabalho de Conclusão do curso de graduação em Jornalismo de um dos autores.

**PALAVRAS-CHAVE:** Jornalismo Humanizado; Espetacularização; Narrativas; Cartografia; Transfeminicídio.

### **INTRODUÇÃO**

Pouco se fala sobre transfeminicídio no Brasil. O conceito, proposto inicialmente por Berenice Bento (2014), propõe o fortalecimento do debate acerca da violência que vem do gênero. Segundo essa pesquisadora, os assassinatos sistêmicos são perpassados por sentimentos de ódio, nojo e repulsa, construídos sob normas de gênero que concebem

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na IJ07 – Comunicação, Espaço e Cidadania, da Intercom Júnior – XVI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do 43º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Goiás, e-mail: [viniciuspaiwa@ufg.br](mailto:viniciuspaiwa@ufg.br)

<sup>3</sup> Doutora em Antropologia, professora da Universidade Federal de Goiás vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais e ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação. Coordenadora do Pindoba – Grupo de Pesquisa em Narrativas da Diferença. Pesquisa construções de gênero e sexualidades, antirracismo e diferença anguladas pela Antropologia, Comunicação e Performances Culturais. E-mail: [luciene\\_dias@ufg.br](mailto:luciene_dias@ufg.br)

a ideia de um corpo enrijecido na ligação homem-pênis-masculino e mulher-vagina-feminino (BENTO, 2014). É pelo imaginário social, erros de informação ou falta dela, que são constituídos discursos, estereótipos e preconceitos que seguem dizimando a população trans.

Por serem construções sociais e cotidianas, as sociedades particularizam sujeitos, determinando os que estão dentro do padrão e que os não estão. Pessoas travestis e mulheres trans são cheias de singularidades que desestruturam padrões, fazendo com que sejam expostas a atos violentos que partem de pessoas incapazes de romper normas e entender outros comportamentos, sexualidades e identidades. Corpos trans são desacolhidos socialmente por não desempenharem performatividades de gênero impostas e ficam suscetíveis a violências físicas e discursivas.

Atualmente, mesmo vitimizadas por violências, mulheres trans e travestis não se encaixam na Lei de Feminicídio<sup>4</sup>, pois não são entedidas socialmente e legalmente como mulheres. Assim, a lei deixa de considerar as experiências de vida e a maneira como pessoas trans se posicionam politicamente e existencialmente. Em contrapartida a essa realidade, os estudos de Berenice Bento mostram que a política intencional e sistêmica de eliminação da população de mulheres trans e travestis, motivada pelo ódio e pelo nojo, leva em conta o lugar do feminino na sociedade:

Se o feminino representa aquilo que é desvalorizado socialmente, quando este feminino é encarnado em corpos que nasceram com pênis, há um transbordamento da consciência coletiva que é estruturada na crença de que a identidade de gênero é uma expressão do desejo dos cromossomos e dos hormônios. O que este transbordamento significa? Que não existe aparato conceitual, linguístico que justifique a existência das pessoas trans. Mesmo entre os gays, é notório que a violência mais cruenta é cometida contra aqueles que performatizam uma estilística corporal mais próxima ao feminino. Portanto, há algo de poluidor e contaminador no feminino (com diversos graus de exclusão) que precisam ser melhor explorados. (BENTO, 2014, p. 1)

Ao entender o processo de exclusão das pessoas trans que, conseqüentemente, levam a violências físicas mais graves, a autora elencou seis pontos cruciais recorrentes quanto ao transfeminicídio. O primeiro deles versa sobre pessoas travestis e mulheres

---

<sup>4</sup> De acordo com a Agência Patrícia Galvão, o feminicídio é a definição dos assassinatos marcados pela desigualdade de gênero, sendo também um crime hediondo. Uma lei específica para a violência de gênero contra as mulheres é um passo importante, segundo a perspectiva da agência especializada na violência de gênero, mas não basta. Se faz necessário coibir os assassinatos femininos para tomar conhecimento de suas características e conduzir a implementações de ações efetivas contra essa violência.

---

trans romperem com os destinos de um corpo generificado. As mortes ritualizadas são a segunda recorrência. Conforme Bento (2014), a violência é sempre complexificada, não bastando um tiro fatal, por exemplo, mas uma mutilação por dezenas de facadas ou tiros, agravando ainda mais a brutalidade da violência.

Os assassinatos sem processos criminais formam o terceiro ponto comum entre as mortes, já que a impunidade mostra “que há um desejo social de eliminação da existência trans com a convivência do Estado brasileiro” (BENTO, 2014, p. 2). O não direito ao luto e o abandono familiar dos corpos são o quarto ponto. Já o desrespeito às identidades de gênero configura o quinto ponto partilhado entre os assassinatos, já que as vítimas costumam ser tratadas conforme o sexo imposto na hora do nascimento. Por fim, o sexto ponto diz respeito ao horário e localização. Geralmente as mortes acontecem no período noturno, em ruas desertas em espaços públicos.

É importante ressaltar que esses assassinatos não são registrados como crimes transfóbicos pelo poder público, então algumas instituições como a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) e a Rede Trans Brasil se prontificam em evidenciar os assassinatos, que na maioria dos casos são veiculados em jornais locais. O próximo tópico discorre sobre o poder das construções narrativas diante dessa realidade.

## **NARRATIVAS JORNALÍSTICAS E PRODUÇÃO DE SENTIDOS**

Motta (2005, p. 2), em concordância com Benetti (2007, p. 117), define que as narrativas exploradas pela mídia são contadas a partir de fatos reais com o objetivo de provocar efeitos de sentidos.

Os discursos narrativos midiáticos se constroem através de estratégias comunicativas (atitudes organizadoras do discurso) e recorrem a operações e opções (modos) linguísticos e extralinguísticos para realizar certas intenções e objetivos. A organização narrativa do discurso midiático, ainda que espontânea e intuitiva, não é aleatória, portanto. Realiza-se em contextos pragmáticos e políticos e produzem certos efeitos (consciente ou inconscientemente desejados). Quando o narrador configura um discurso na sua forma narrativa, ele introduz necessariamente uma força ilocutiva responsável pelos efeitos que vai gerar no seu destinatário (MOTTA, 2005, p. 2)

Segundo Alsina (2009, p. 303), essas narrativas são escritas por jornalistas, autores de um mundo que se manifesta em forma de notícia. Segundo Cremilda Medina (1982), a função social da profissão exige o compartilhamento de informações em sua exatidão e completude, de modo que todos compreendam o fato que está sendo contado.

---

Assim, o jornalismo deve ser uma ferramenta social de democracia ao “rastrear o maior número possível de versões, na busca incessante de uma verdade inatingível, na solidariedade aberta a todos que tenham alguma coisa a falar” (MEDINA, 1982, p. 23).

As narrativas jornalísticas permeiam a relação entre o sujeito que detém o poder da informação e aquele que necessita do jornalista para se informar. A questão é que em diversos momentos, os discursos jornalísticos vêm refletindo concepções estigmatizadas da sociedade, ancorando-se na desigualdade de gênero, sexualidades, classes, etnias e outros marcadores sociais da diferença, para vender notícias e construir realidades. Nessas narrativas, o jornalismo não se ausenta do preconceito, mas se alimenta dele para vender.

Diversos autores compreendem o jornalismo como uma atividade que circula e produz sentidos (BENETTI, 2007, p. 117). Interessa, então, pensar como os sentidos são construídos a partir das concepções preconceituosas sobre a transexualidade. Entende-se aqui que a produção de sentidos gera efeitos diretos no imaginário social sobre as experiências de vida de travestis e pessoas trans. Nos conflitos ideológicos, surgem matérias transfóbicas, construídas a partir de referências transfóbicas, que geram noções de medo, repulsa, nojo, entre outros sentimentos negativos.

Ao compreender o jornalismo como espaço de produção e circulação de sentidos, defende-se que as narrativas jornalísticas sobre a vida e o assassinato de travestis e pessoas trans apresentadas ao longo deste estudo, foram inscritas na história a partir da estrutura socioeconômica e cultural vigente, tomando como base seus marcadores sociais, principalmente, prostituição, classe social e identidade de gênero.

[...] faz-se necessário compreender a própria notícia como um discurso socialmente produzido, inscrito na história e na cultura, articulando valores vigentes na sociedade. Discutir o processo de produção de notícias, compreendendo que esta se dá a partir de práticas e rotinas que conformam as narrativas, estabelecem inclusões e exclusões e, assim, ajudam a construir a realidade que aparentam simplesmente retratar (AGUIAR, 2011, p. 60)

Para atravessar os desafios de compreender como a experiência transexual é relatada pelos jornais e como os assassinatos aconteceram, a seguir estão os caminhos metodológicos que foram utilizados nesta pesquisa.

## **PERCURSO METODOLÓGICO**

---

Estudar transexualidades e travestilidades requer transgressão de método e de olhar. É impossível pesquisar transexualidade a partir de um método rígido, que não flexibiliza as muitas possibilidades de se compreender, assim como a experiência trans não inibe a pessoa de buscar novas possibilidades de existência. Por isso, optou-se por um estudo interdisciplinar, intercruzado por uma cartografia, ancorada pela criação de um mapa sobre os assassinatos e mapeamento da cobertura midiática sobre as mortes, além da compreensão discursiva das narrativas jornalísticas analisadas.

Esta pesquisa apresenta um mapa dos assassinatos trans. Mais que um instrumento para localização e orientação na demarcação de territórios, os mapas são uma poderosa forma de conhecimento num mundo socialmente construído (HARLEY, 2009). Em contextualização, o mapa apresenta formas diferentes dos mapas tradicionais, explicitados por Kozel (2009, p. 1) como “uma forma de linguagem impregnada de significados e valores sociais refletindo a realidade ou vivência social dos indivíduos. O mapa em forma do corpo de uma mulher trans registra os cinco assassinatos das mulheres trans e travestis no estado de Goiás, no ano de 2018.

Para complementar essa cartografia, inclui-se a análise da cobertura midiática feita na *internet* pelos jornais do estado. Para a criação deste mapa, buscaram-se os registros midiáticos encontrados em processo de monitoramento e análise dos arquivos disponibilizados pelos veículos. Com a ferramenta de pesquisa avançada do *Google Chrome* foram localizadas as reportagens, o que gerou um *clipping* jornalístico. Foram 16 reportagens encontradas on-line nos jornais locais.

Para fazer a análise das narrativas jornalísticas tomam-se emprestados recursos da Análise de Discurso. Nesse sentido:

[...] faz-se necessário compreender a própria notícia como um discurso socialmente produzido, inscrito na história e na cultura, articulando valores vigentes na sociedade. Discutir o processo de produção de notícias, compreendendo que esta se dá a partir de práticas e rotinas que conformam as narrativas, estabelecem inclusões e exclusões e, assim, ajudam a construir a realidade que aparentam simplesmente retratar (AGUIAR, 2011, p. 60)

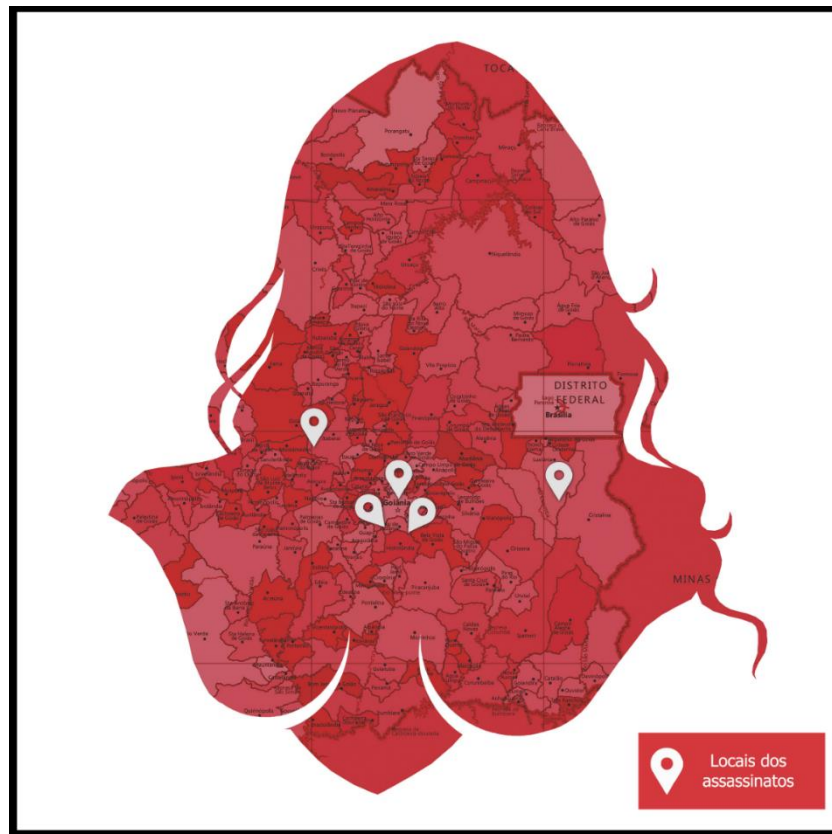
Assim sendo, os discursos enredados nas reportagens formam imaginários, preconceitos e entendimentos de mundo. Se faz pertinente, diante do exposto, uma análise que não busque o óbvio, mas o que está subentendido, escondido. O que aparece e o que não aparece. Quem fala e quem não fala. Quais imagens ou palavras foram usadas e se

poderiam ser substituídas por outras. Quais fontes foram convidadas a colaborar com a construção da reportagem, quais os recortes estabelecidos. O próximo tópico apresenta os mapas da transfobia em Goiás e as vítimas da violência transfóbica.

### **ASSASSINATOS TRANS EM GOIÁS NO ANO EM 2018**

Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais - Antra, cinco<sup>5</sup> mulheres trans e travestis foram assassinadas no estado Goiás em 2018. Os dados foram comparados com os fornecidos pela Rede Trans Brasil, que também registrou cinco mortes no mesmo período. As vítimas são: Paola Oliveira, Giorginye Siqueira, Cleide Aládio Zaramarine Neto, Déia Alves e Natasha Cardoso.

**Imagem 1** - Mapa dos assassinatos de mulheres trans e travestis em Goiás no ano de 2018.



Fonte: Vinícius de Paiva Costa, 2019.

<sup>5</sup>Cabe ressaltar que este artigo discorre sobre as mortes de mulheres trans e travestis, vítimas do transfeminicídio. No ano de 2018, no estado de Goiás, houve a morte de I. Silva, homens trans, que morava na cidade de Itaberaí. I. foi assassinado por sete tiros de arma de fogo, dois meses após a morte de Cleide. Seu assassinato não foi registrado por nenhum veículo, mas conseguiu ser localizado pela Rede Trans Brasil. Homens trans não são vítimas do transfeminicídio. Esses corpos são, sim, violentados diretamente pelas questões de gênero, mas são vítimas da violência transfóbica. Homens trans, comumente, não são socialmente entendidos como homens, não têm suas identidades respeitadas, sendo vítimas de assassinatos transfóbicos.

Analisando os dados disponíveis, tem-se a certeza de cinco assassinatos transfóbicos no estado de Goiás em 2018. Uma das vítimas era Paola Oliveira. Identificava-se como travesti e trabalhava como garota de programa até ser assassinada em um ponto de ônibus na cidade de Luziânia, quinto município mais populoso de Goiás. Era negra e tinha 35 anos. Sua morte aconteceu em março de 2018.

Giorginye Siqueira também era travesti. Também estava na rua, mas como moradora dela. Morta a tiros quando tinha 26 anos. Foi encontrada em Aparecida de Goiânia, no Setor Garavelo - região sudoeste de Goiânia e também de Aparecida de Goiânia, local que abriga mais de 140 pontos de prostituição, de acordo com mapeamento realizado pela Polícia Militar do estado. Giorginye também foi assassinada em março de 2018.

Cleide Aladio Zamarine Neto era mulher transexual. Também era garota de programa. Sua morte aconteceu na cidade de Itaberaí, município do interior de Goiás, que fica a 92 quilômetros da capital, Goiânia. Foi a terceira pessoa trans assassinada no mês de março.

Déia Alves foi a terceira travesti assassinada em Goiás no ano de 2018. Foi morta a facadas no Setor Rodoviário, localizado próximo ao Centro de Goiânia. Déia também era garota de programa. Foi tirada do mundo no mês de setembro.

A última vítima de 2018 não teve o seu nome social identificado. Seu nome de registro foi encontrado, mas não interessa, já que ela, muito provavelmente, não se identificava com esse nome. Era travesti e foi encontrada morta num quarto de república, também em Aparecida de Goiânia. Sua morte ocorreu em setembro de 2018.

Pode-se afirmar que a média de vida das pessoas trans assassinadas em Goiás está ainda abaixo da expectativa de vida para pessoas trans do Brasil, conforme dados da Antra. Em Goiás, a média foi de 30 anos, sendo que a Antra considera 35 anos como expectativa média de vida para travestis e pessoas trans. Este número não representa a metade da estimativa considerada pelo IBGE para todas as pessoas que moram no Brasil, que é de 76 anos.

Os índices mais altos de assassinato da população Trans estão diretamente relacionados a questões etárias. Onde quanto mais jovem, mais suscetíveis a violência e a mortandade. Ao contrário daquelas pessoas que ultrapassam a

---

estimativa de vida, veem a possibilidade de ser assassinada/o diminuir ao longo de suas vidas (BENEVIDES e NOGUEIRA, 2019, p. 18)

Os dados também revelam a rua como espaço principal de vida de travestis e pessoas trans. Das seis vítimas, tem-se a certeza de que três eram garotas de programa. Esse dado sinaliza a segregação social vivida pelas pessoas trans por não terem acesso a vagas em empregos formais no mercado de trabalho, tendo que recorrer a exploração do próprio corpo para sobreviver. Os princípios de Yogyakarta (2007) definem que toda pessoa tem direito ao trabalho em condições justas e adequadas, além de condições favoráveis a proteção contra o desemprego. Esses princípios definem que os países, incluindo o Brasil, devem:

Tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras medidas necessárias para eliminar e proibir a discriminação com base na orientação sexual e identidade de gênero no emprego público e privado, inclusive em relação à educação profissional, recrutamento, promoção, demissão, condições de emprego e remuneração. (YOGYAKARTA, 2007, p. 20)

O governo brasileiro não cumpre esse princípio. O não-combate à transfobia por meio de políticas públicas, leis e campanhas que conscientizem empresas e organizações sinaliza o grau de impunidade por parte do governo que incide diretamente na exclusão de travestis e pessoas trans do mercado formal de trabalho. O princípio 12, que institui o direito ao trabalho, ainda recomenda que o serviço público, alcançando todos os níveis governamentais, assegure vagas para pessoas trans, treinamentos e programas que conscientizem o combate de atitudes discriminatórias.

Travestis e pessoas trans formam uma comunidade que vive exposta a diversos tipos de violência. Essas, por sua vez, não operam somente nas ruas e nos crimes que assassinam, mas também no jornalismo. Como a violência transfóbica age no jornalismo ao transformar os assassinatos em notícias que desumanizam corpos para espetacularizar notícias é a discussão que se segue.

## **REPORTAGENS QUE MATAM PELA SEGUNDA VEZ**

Para encontrar as matérias sobre os assassinatos, o *clipping* jornalístico foi de grande relevância e mostrou-se uma estratégia eficaz de acesso. A expressão *clipping* vem da língua inglesa e significa recorte. O processo de “clipagem” busca encontrar em jornais



e revistas, reportagens, matérias e notas pautadas em determinado assunto. Tendo como foco os assassinatos transfóbicos em Goiás, a busca foi pautada pelos nomes levantados pela Antra e pela Rede Trans Brasil, além de palavras-chave. A tabela na sequência apresenta os jornais *online* que noticiaram as mortes por violência transfóbica em Goiás no ano de 2018.

**Tabela 1** - Jornais noticiadores dos assassinatos em estudo.

<b>Pessoa Assassinada</b>	<b>Jornais noticiadores das mortes</b>				
<b>Paola Oliveira</b>	G1 Goiás	O Hoje	Mais Goiás	O Popular	Diário da Manhã
<b>Giorginye Siqueira</b>	G1 Goiás	O Hoje			Diário da Manhã
<b>Cleide Aládio</b>	G1 Goiás	O Hoje		O Popular	
<b>I. Silva</b>					
<b>Déia Alves</b>	G1 Goiás		180°		
<b>Nome silenciado</b>	G1 Goiás		Mais Goiás		Dia Online

Fonte: Vinícius de Paiva Costa, 2019

Ao transportar esses assassinatos para as narrativas, jornalistas utilizaram técnicas de escrita que estruturam as reportagens de modo a prender o leitor em narrativas dotadas de estereótipos, estigmatizações, dramas popularescos, vilões e vítimas. Isto posto, o real passou a ter um tom dramático capaz de transformar as mortes em matérias sensacionalistas, expondo as vítimas ao imaginário social, que entende a existência trans a partir da retratação dada nas matérias. Dessa forma, há uma reaproximação da prática jornalística e dos processos pedagógicos.

Ao passo que essas mortes não são oficializadas pelo poder público, os jornais acabam sendo os responsáveis por, ao seu modo, fazer o registro quando gera uma notícia e a encaminha para a sociedade. O que poderia ser uma prestação de serviço, se torna mais uma violência, devido às narrativas jornalísticas impregnadas de discursos transfóbicos. Gerando assim, um ciclo vicioso da violência transfóbica.

**Imagem 6** - Ciclo da Violência Transfóbica.



Fonte: Vinícius de Paiva Costa, 2019.

O Ciclo da Violência Transfóbica perpassa diversos espaços sociais. As conversões sociais desumanizam travestis e pessoas trans ao ponto do pensamento transfóbico de uma pessoa ser capaz de gerar ideias preconceituosas sobre a transexualidade em diversas esferas sociais. Morre a travesti, morre a pessoa trans e perde a sociedade que troca a oportunidade de transgressão pela violência da agressão.

Nas reportagens acessadas, poucas falaram. Por isso, recorreu-se à Análise de Discurso para refletir sobre as construções ideológicas emaranhadas nas matérias. Os próximos tópicos mostram como o discurso jornalístico é construído a partir de um contexto social e político, desumanizando corpos trans. Para isso, foi realizada mais que uma análise textual, mas sim uma análise contextual, que implicou na compreensão dos sentidos empregados nas narrativas jornalísticas.

Seguindo a linha de pensamento de Benetti (2016), não é possível entender a transfobia presente nas reportagens, sem levar em conta os contextos e a configuração social vigentes. Por isso, busca-se enxergar o que a autora chama de segunda camada discursiva. Assim, tudo faz sentido quando se buscam outras interpretações possíveis, deixando de lado o superficial ao buscar uma análise que entende as implicações por detrás dos discursos.

Enxergar a existência de duas camadas no texto: a primeira, mais visível, é a camada discursiva; a segunda, só evidente quando aplicarmos o método, é a camada ideológica. Essa segunda camada é

---

que explica o processo de atribuição de sentidos que muitas vezes são tomados como literais, naturais ou verdadeiros, como se fosse a única interpretação possível (BENETTI, 2016, p. 247).

Nas matérias analisadas, travestis e mulheres trans tornaram-se personagens centrais de narrativas que construíram identidades, realidades, sentimentos e biografias. Foram retratadas em reportagens ausentes de contextos, termos corretos, pluralidade de fontes, utilidade pública e compromisso ético. As narrativas jornalísticas são entendidas, aqui, como dispositivos discursivos capazes de transportar fatos e acontecimentos para a narrativa textual, a partir da hegemonia de grandes veículos. Estes muito bem direcionados em suas pretensões discursivas de interesses específicos, são capazes de agendar aquilo que é pauta entre os públicos.

Cleide teve seu nome social negligenciado. Sua identidade de gênero lembrada antes mesmo de seu nome. Na imagem a seguir, é possível perceber que o leitor sabe de todas as informações sobre o crime (espancamento, morte, investigação, profissão da vítima, motivo da sua morte, data do assassinato, descrição do assassinato por testemunhas, ponto de prostituição em que Cleide trabalhava), tudo antes de ser nomeada. A matéria não se importou com Cleide.

**Imagem 2 - Print sobre o assassinato de Cleide.**


Um jovem de 27 anos foi preso suspeito de matar uma transexual espancada dentro de um motel em Itaberaí, na região central de Goiás. As investigações apontam que ele combinou um programa sexual com ela e a suspeita é que o rapaz a matou ao descobrir que ela era transexual.

O crime aconteceu na madrugada do dia 25 de março. Testemunhas contaram que o suspeito foi a um ponto de prostituição da cidade e combinou um programa com Cleide Aládio Zaramarine Neto, de 33 anos.

Fonte: G1 Goiás.

Paola e Déia também não tiveram seus nomes sociais respeitados.

**Imagem 3 - Paola não teve seu nome social respeitado.**

O caso ocorreu na noite de terça-feira, em um ponto de ônibus que fica em frente a um supermercado, em Luziânia. A travesti, que se identificava como Paola, era registrada como 

Fonte: G1 Goiás.

As matérias que registraram a morte de Déia e Paola divulgaram seus nomes de registro. A elas não interessava mais seus nomes dados quando nasceram. Não eram identificadas por eles, não se reconheciam neles, não se chamavam esses nomes. O desrespeito às identidades dessas duas pessoas trans se apresenta como algo comum em outras reportagens que também comentem esse mesmo erro de nomear uma pessoa trans pelo seu nome de registro.

Se as vítimas têm seus nomes de registro publicados, seus nomes sociais ignorados ou questionados e suas identidades de gênero como marcador principal de seus corpos violentadas, como os jornais nomeiam as pessoas que assassinaram esses corpos?

**Imagem 4** - 'Homem' e 'cliente' são palavras comuns para definir os assassinos



dois homens  
um homem :  
o homem  
o homem  
**cliente**  
homem  
cliente  
homem  
cliente

Fonte: G1, O Hoje e O Popular

As palavras “homem” e “cliente” carregam cargas simbólicas que as palavras “travesti” ou “transexual” não são capazes de combater. Um homem pode ser definido por diversas maneiras, inclusive simplificar a noção de espécie humana. No mundo machista e patriarcal, no qual os homens cis ocupam o topo da pirâmide social, ditam regras e possuem-se dos principais cargos políticos e econômicos do Brasil, a palavra “travesti”, ou “transexual” carregadas por estereótipos, ficam à mercê da violência discursiva.

Nas 16 reportagens foram usadas aproximadamente três mil e quinhentas palavras. Destas, o total de nenhuma era “transfobia”. A palavra “transfeminicídio”

também não apareceu nenhuma vez. A única menção aproximada da correta foi a palavra feminicídio, que apareceu uma vez em uma das reportagens sobre o assassinato de Cleide. Considera-se aqui, que, para os jornais analisados, nas reportagens analisadas, não existe nem transfobia nem transfeminicídio, já que nenhum deles houve menção a esse tipo de violência, apenas usam dos crimes contra pessoas trans para conseguirem acessos.

## CONCLUSÕES

Todos os dias, tenta-se extinguir a população trans no Brasil. A violência não é, em nenhum ponto, aleatória, mas especificamente direcionada aos corpos que rompem com as normas de gênero vigentes. Diante dessa realidade, a transexualidade tem pressa. Pressa de ser reconhecida, respeitada, legitimada, divulgada, entendida. A transexualidade precisa transitar. Transitar entre corpos, nos espaços sociais, amores, mídia, estudos acadêmicos. As travestilidades precisam vestir-se. Vestir-se do respeito, entendimento, aceitação, acolhimento.

Ao longo desta pesquisa, com as dificuldades para encontrar dados oficiais, percebe-se a que a invisibilidade trans reside na omissão do Estado em não contabilizar, fornecer informações e solucionar crimes. O governo brasileiro tem por obrigação investigar qualquer tipo de violência e discriminação, seja por orientação sexual, identidade de gênero, etnia, intolerância religiosa, preconceito geracional e outras formas de violência existentes no país. O não comprometimento e conservadorismo por parte do governo com as políticas de gênero, identidade e sexualidade corroboram para que essas discriminações continuem violentando.

Ao analisar as reportagens e ao compreender o jornalismo como espaço de produção e circulação de sentidos, que as narrativas jornalísticas sobre a vida e o assassinato das travestis e das pessoas trans foram inscritas na história a partir da estrutura socioeconômica e cultural vigente, tomando como base seus marcadores sociais, principalmente, prostituição, classe social e identidade de gênero.

É de novas versões, novos olhares e histórias que as matérias e reportagens sobre pessoas trans devem ser construídas, e não sobre estereótipos nocivos e marginalizantes. Assim como existem escolhas discursivas transfóbicas, também é possível optar por

---

discursos que humanizem, dignifiquem os corpos trans, combatam a transfobia e explicitem para a sociedade o que é o transfeminicídio.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, Carolina. **Jornalismo e identidades coletivas: representações de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros no portal Mix Brasil**. Porto Alegre, 2011.

ALSINA, Miquel. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BENETTI, Márcia. **Análise de Conteúdo em jornalismo: estudo de vozes e sentidos**. In: LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. Metodologia de pesquisa em jornalismo. Petrópolis. Vozes, 2007. p. 107-122.

BENETTI, Márcia. **Análise de discurso como método de pesquisa em comunicação**. In: MOURA, Cláudia Peixoto de Moura; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.) Pesquisa em comunicação – métodos e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EdUPUCRS, 2016.

BENEVIDES, Bruna e NOGUEIRA, Sayonara. **Dossiê Assassinatos e violência contra travestis e transexuais no Brasil em 2018**. <Disponível em: <https://antrabrazil.files.wordpress.com/2019/01/dossie-dos-assassinatos-e-violencia-contrapessoas-trans-em-2018.pdf>> Acesso em: março de 2019.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2014. (Coleção Primeiros Passos).

COSTA, Vinícius de Paiva. **Espetacularização da morte: percepções sobre transfeminicídio em narrativas jornalísticas**. TCC. Curso de Jornalismo. Universidade Federal de Goiás, 2019.

HARLEY, B. **Mapas, saber e poder**. In: Confins - Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº 5, 2009. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/5724>> Acesso em: março de 2019.

KOZEL, Salette. **As linguagens do cotidiano como representações: uma proposta metodológica possível**. Anais do XII Encuentro de geógrafos de América Latina, Montevideo, 2009. Disponível em:

---

<<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Teoriaymetodo/ Metodologicos/04.pdf> > Acesso em: março de 2019.

MEDINA, Cremilda. **Entrevista: o diálogo possível**. São Paulo: Ática, 1982.

MOTTA, Luiz Gonzaga. **A Análise Pragmática da Narrativa Jornalística**. Trabalho apresentado no XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, set 2005.

PRINCÍPIOS de Yogyakarta. **Princípios sobre a aplicação da legislação internacional de direitos humanos em relação à orientação sexual e identidade de gênero**. 2007.

Disponível em: <

[http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios\\_de\\_yogyakarta.pdf](http://www.clam.org.br/uploads/conteudo/principios_de_yogyakarta.pdf) >.